

SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

ATA N.º 7/2019

(CONTÉM 30 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de dez de dezembro de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no miniauditório, pelas nove horas e trinta minutos, com a seguinte ordem de trabalhos. -----

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação da ata da sessão realizada a 27 de setembro de 2019;
4. Apreciação do Regulamento Interno e Plano de Atividades da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;
5. Apreciação e aprovação do Mapa de pessoal; das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2019;
6. Proposta para assunção de compromissos plurianuais – Orçamento para o ano 2020: Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal; Delegação de competências no Presidente da Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais até ao montante de € 99.759,58 por ano económico;
7. Eleição de um representante das Juntas de Freguesia, de entre os Presidentes de Junta de Freguesia, no Concelho Cinegético;
8. Minuta de protocolo de colaboração e apoio financeiro entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia – União de Freguesias de Ifanes e Paradela;
9. Apreciação da informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara.

Sessão de 20 de dezembro de 2019

Constatou-se a ausência dos seguintes membros: Marisa Pardal Lavrador, Urbino Anjos Correia, Eduardo Luís Tiago Beça Sanches da Gama, tendo sido justificadas as respetivas faltas. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: Carlos do Nascimento Ferreira, Antero Correia Besteiros, António Augusto Castro Carção, Maria Virgínia Lopes Preto, Alberto José Raposo, Luz Jesus Guerra João, Bruno Filipe Lourenço Torrado, Zulmira do Nascimento Martins Cristal Firmino, Priscila Salomé Ribeiro Oliveira, Mário João Ferreira Vaz, Carlos Eduardo Córdova Pêra, José Marcelino Antão, Camilo António Vaz das Neves Raposo, Abílio Domingos Pires Barril, Manuel Guerra Gonçalves, António Jorge Jacoto Lourenço, António José Fernandes Ribeiro, Luís Augusto Lucas, José Francisco Gonçalves Ribeiro, Orlando Seixas Vaqueiro, Aquilino José Morete Ginjo, Silvino Francisco Preto da Silva, e Paulo Mendes, em representação da Junta de Freguesia de Vila Chã. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão cumprimentando todos os que se encontravam presentes, e prosseguiu os trabalhos propondo a introdução de um assunto na ordem de trabalhos, sob a epígrafe: -----

“Minuta de protocolo de colaboração e apoio financeiro entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia - União de Freguesias de Ifanes e Paradela”. -----

Perguntou se algum dos membros presentes pretendia colocar alguma questão a respeito deste assunto, tendo solicitado o uso da palavra os Deputados António Carção, e Mário Torrão. -----

O **Deputado António Carção** solicitou ao Presidente da Câmara Municipal esclarecimento a respeito do teor do protocolo e do seu objeto. -----

O **Deputado Mário Torrão** solicitou o uso da palavra tendo-lhe sido concedida pelo Presidente da Assembleia Municipal, para perguntar qual o montante de comparticipação por parte da Câmara Municipal no âmbito deste protocolo. -----

CF
A**Sessão de 20 de dezembro de 2019**

O **Presidente da Assembleia Municipal** antes de proceder à votação da introdução do ponto acima referido, passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para apresentar o assunto. -----

O **Presidente da Câmara Municipal**, elucidou que, a minuta de contrato trazida para aprovação já foi aprovada pelo Órgão Executivo, sendo que, a sua celebração se fará no âmbito da necessidade que surgiu à União de Juntas de Freguesia de Ifanes e Paradela de implementar uma conduta de água em Ifanes, que transportará a água desde a nascente para diversos bebedouros e lavadouros naquela localidade, de modo a permitir o abastecimento a esses bebedouros e lavadouros, garantindo a boa e própria qualidade da água. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal**, respondeu que, o valor mencionado no protocolo é de € 25.000,00 (vinte cinco mil euros), acrescentando que o documento se encontrava disponível para consulta na mesa dos documentos existente no espaço, para esse efeito. -----

Posta a votação a introdução do assunto supramencionado na ordem de trabalhos foi aprovado, por unanimidade, introduzir sob o número oito na ordem de trabalhos, o referido assunto. -----

1. Informações. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou aos membros presentes se pretendiam prestar alguma informação, e não se tendo manifestado nenhum dos membros prosseguiu com os trabalhos passando ao ponto seguinte. -----

2. Período antes da ordem do dia. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** propôs a aprovação de uma moção alusiva à venda da concessão das barragens hidroelétricas pela EDP, existentes neste Concelho, sob a epígrafe: *“Contra a venda irresponsável das barragens hidroelétricas do Douro Internacional: Picote, Miranda do Douro e Bemposta”*. -----

Prosseguiu fazendo a leitura do teor da moção por ele apresentada, cujo teor, para constar na presente ata, passa a ser transcrito. -----

“CONTRA A VENDA IRRESPONSÁVEL DAS BARRAGENS HIDROELÉTRICAS DO DOURO INTERNACIONAL: PICOTE, MIRANDA DO DOURO E BEMPOSTA -----

1. Preâmbulo da moção -----

As Barragens do Douro Internacional, Picote, Miranda do Douro no Município de Miranda do Douro, e Bemposta no Município de Mogadouro, são empreendimentos hidroelétricos que datam da segunda metade do século XX e que sofreram reforços de potência na primeira metade do século XXI. Constituem ativos que se localizam nos concelhos contíguos de Miranda do Douro e Mogadouro, tendo provocado impactos ambientais e paisagísticos negativos maiores nestes territórios, sem que nunca tenha existido, por parte dos detentores da sua propriedade, uma verdadeira política de ressarcimento às populações. -----

Depois de um processo de privatização gradual, atualmente a sua propriedade é totalmente privada e detida pelo grupo EDP. -----

A partir de 2019 estas barragens foram consideradas negócios não estratégicos para o grupo EDP, tendo sido por isso colocadas à venda. -----

A comunicação social adianta que, a EDP informou a CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários da venda de seis centrais hídricas no Douro ao consórcio de investidores liderado pelo grupo ENGIE, entre as quais estão as barragens de Picote, Miranda do Douro, e Bemposta. -----

Apesar da reunião solicitada à administração da EDP pelos Presidentes de Câmara de Miranda do Douro, e de Mogadouro, e depois de esta ter tido lugar, as várias preocupações manifestadas pelos autarcas em nada foram dissipadas, tendo-lhes sido apenas transmitida a intenção da venda e da brevidade do negócio. -----

2. Tomada de posição da moção -----

Tendo em conta as várias preocupações acima manifestadas, assim como, a enorme relevância estratégica dos ativos concelhos nacionais, quer no que diz respeito à produção de energia elétrica renovável, quer no que diz respeito à gestão dos caudais e da qualidade da água do rio Douro, tal como, os Presidentes das Câmaras Municipais de Miranda do Douro e Mogadouro, também esta Assembleia Municipal se opõe veementemente a esta venda, sem que os seguintes aspetos sejam devidamente acautelados: -----

CF
A

2.1. Dado que o IMI é uma receita municipal, não deve existir isenção do mesmo, e a soma total que lhe corresponde deve ser liquidada no respetivo concelho de implantação da infraestrutura; -----

2.2. Dado tratar-se de um negócio de um ativo que é feito entre privados, a respetiva tributação de IMT vede ser assegurada pelo valor da transação e tem que reverter para o município de implantação da infraestrutura; -----

2.3. A respetiva derrama deve ser paga no concelho de implantação da infraestrutura; -----

2.4. Devem ser acautelados e assegurados todos os postos de trabalho atualmente contratados; -----

2.5. O impacto ambiental, assim como, a pegada ecológica, dado nunca terem sido pagas, devem ser pagas e regularizadas no ato da venda ao município de implantação da infraestrutura; -----

2.6. As medidas compensatórias devem ser negociadas e cabalmente asseguradas para os vindouros do município de implantação da infraestrutura; -----

2.7. Todas as incertezas relativas à gestão dos caudais, assim como, da qualidade da água, devem ficar totalmente acauteladas. -----

2.8. Devem ser acautelados, ao nível das medidas compensatórias, os interesses legítimos das freguesias onde estão implantados os centros eletroprodutores, bem como, as localidades e freguesias abrangidas pelas albufeiras das barragens de Miranda do Douro, Picote e Bemposta. Sendo essas localidades, Paradela (União de Freguesias de Ifanes e Paradela), Aldeia Nova, Vale de Águia, Miranda do Douro, (freguesia de Miranda do Douro), Cércio, e Vale de Mira, (freguesia de Duas Igrejas), Freixiosa, e Vila Chã da Braciosa, (freguesia de Vila Chã da Braciosa), Barrocal do Douro, e Picote, (freguesia de Picote), e Sendim (União de Freguesias de Sendim e Atenor)" -----

Finalizada a leitura colocou a moção a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, dos membros presentes. -----

Passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar a respeito desta questão, da venda da concessão das barragens existentes no nosso concelho. -----

CF
A

Sessão de 20 de dezembro de 2019

O **Presidente da Câmara Municipal** expôs que, tinha sido informalmente alertado para a venda da concessão das barragens. -----

Transmitiu que, tinha tido conhecimento de que a EDP apresentará, este ano, uma dívida de cerca de catorze mil milhões de euros, devido ao que é pressionada a vender os principais ativos hidroelétricos, tendo a EDP a intenção de vender todas as concessões de todas as barragens hidroelétricas que detêm no país, até dois mil e vinte cinco, começando pelos maiores ativos, que são as barragens de Montalegre, e a de Picote, seguindo-se na venda, Miranda do Douro e Picote. -----

Informou que, foram apresentadas duas propostas para a compra da concessão das barragens, uma pela IBERDROLA, e outra pelo Grupo ENGIE, tendo ganho a proposta apresentada pelo Grupo ENGIE. -----

Informou que, no que concerne ao poder local, tinha reunido com a EDP e que nessa reunião foram discutidos diversos aspetos, nomeadamente, garantir os postos de trabalho dos trabalhadores que integram os serviços das barragens de Picote, e de Miranda do Douro, garantir a permanência da EDP Produção no nosso concelho, dizendo que, os imóveis propriedade da EDP no Barrocal do Douro ainda ficará sob a pertença da EDP Produção, concretamente a estalagem, as casas e os terrenos. -----

Referiu que, também foi falada a questão dos contratos celebrados com os municípios com barragens, tendo reunido recentemente na Associação de Municípios Portugueses, concretamente, com a Secção de Municípios com Barragens, onde foram debatidas diversas questões. Em primeiro lugar, o que se prende com os ativos que se encontram instalados no concelho de Miranda do Douro, as barragens de Miranda do Douro, e de Picote, e a área ocupada pela barragem de Bemposta, que pertence ao concelho de Miranda do Douro. ---

Aludiu que, a concessão foi feita por um período de cinquenta anos e que foi prorrogada sem ter sido feita consulta pública, tendo sido essa prorrogação assinada pelo Sr. Secretário de Estado, sendo colocada a questão dos impostos.

No que toca a impostos, disse que, encontrando-se os ativos instalados em território do nosso concelho pertence a este concelho usufruir desse imposto, concretamente, o IMI, o mesmo acontecendo com o IMT, bem como,

G
A**Sessão de 20 de dezembro de 2019**

no que toca à derrama arrecadada, tendo que haver nas receitas municipais uma participação no âmbito da cobrança desses impostos. -----

Disse que, cabe também avaliar o impacto ambiental que a instalação das barragens tem provocado neste concelho, tendo, nesse sentido, que haver um financiamento no que toca à parte ambiental, à gestão da água, que é fundamental, que se prende com regadios, transvases, entre outras questões, não se tendo salvaguardado, desde a implantação das barragens, esta questão.

Referiu que, uma das questões que tem sido colocada ao Governo no âmbito da Associação Nacional de Municípios é, (qual é a importância que tem o interior para a estratégia nacional, sob o ponto de vista da gestão da água e do ambiente?) -----

Informou que, foi decidido em reunião decorrida na Associação Nacional de Municípios pedir uma audiência com o Sr. Ministro da tutela para tratar algumas questões. -----

De entre essas questões, a necessidade de regular a questão dos recursos naturais existentes nos concelhos, avaliar quanto vale o recurso natural que se encontra em cada um dos concelhos, quem os pode explorar, e qual será o valor compensatório por essa exploração para os municípios onde esses recursos são explorados, nomeadamente as hídricas, as eólicas, e a extração do lítio. -----

Assim sendo, considera que, deverão ser regularizadas as rendas, pagas pela EDP a nível nacional, que são do valor de cerca de um milhão de euros para todos os municípios com barragens, que em sua opinião é um valor muito baixo que nunca foi atualizado, restringindo, dessa forma, o apoio dado aos municípios com barragens. -----

No que toca a medidas compensatórias, expôs que, no ano 2011 foi assinado em Picote um acordo entre todos os municípios com barragens e a EDP Produção, em que, ficou estabelecido que o valor compensatório inicial era muito próximo dos quinze milhões de euros, antes de dois mil e onze e acabou por ser fechado o acordo pelos cerca de cinco, seis milhões. -----

Declarou que, o que tem vindo a ser reivindicado é que de facto e tendencialmente o valor compensatório venha a ser do valor de quinze milhões,

Sessão de 20 de dezembro de 2019

em vez dos seis milhões no total, que têm vindo a ser atribuídos aos municípios com barragens. -----

Comentou que, não havendo regulamentação que regularize esta questão das rendas e das medidas compensatórias, se pretende que, seja regularizada essa lacuna ao nível legislativo. -----

Comentou que, sendo a proposta apresentada pela ENGIE a vencedora considera-se importante que, caso o governo aceite o negócio, que os municípios com barragens tenham uma palavra a dizer nas mesas das negociações. Dizendo, por um lado que, é muito importante assegurar que os municípios com barragens tenham alguns benefícios, e por outro, que o governo crie regulamentação para a atribuição de medidas compensatórias aos municípios com barragens. -----

Afirmou que, a moção agora apresentada vem no sentido de que essas negociações dos municípios com a nova concessionária sejam de alguma forma efetivas. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal**, depois de terminada a intervenção do Presidente da Câmara Municipal abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: Jorge Jacoto Lourenço, António Carção, e Orlando Vaqueiro. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão, apresentando votos de boas festas a todos, assim como, aos respetivos familiares. -----

Em seguida, referindo-se à moção apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal, contra a venda das barragens, afirmou não o surpreender esse negócio, ressaltando que, espera que dessas negociações surja algo de positivo para aquilo que são os anseios do Município de Miranda do Douro e das Juntas de Freguesia abrangidas no território onde as barragens se encontram implementadas. -----

Lembrou que, na anterior sessão da Assembleia Municipal mencionou que esta venda poderia vir a acontecer, o que veio a concretizar-se, dizendo que, agora nada haverá a fazer a não ser negociar no sentido de que o concelho

CF
A**Sessão de 20 de dezembro de 2019**

de Miranda do Douro, os municípios e as freguesias que se encontram abrangidas na área onde estão implantadas as albufeiras, nomeadamente Paradela, Duas Igrejas, Picote, Sendim, que possam tirar os maiores dividendos no âmbito desta intenção de venda, sendo que, a última palavra será do Governo. -----

Recomendando que, fosse incluído na moção apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal, que sejam acautelados, ao nível das medidas compensatórias, os interesses legítimos das freguesias onde estão implantados os centros eletroprodutores, nomeadamente, Miranda do Douro, e Picote, bem como, as localidades e freguesias abrangidas pelas albufeiras das barragens de Miranda do Douro, Picote e Bemposta. Sendo essas localidades, Paradela (União de Freguesias de Ifanes e Paradela), Aldeia Nova, Vale de Águia, Miranda do Douro, (freguesia de Miranda do Douro), Cércio, e Vale de Mira, (freguesia de Duas Igrejas), Freixiosa, e Vila Chã da Braciosa, (freguesia de Vila Chã da Braciosa), Barrocal do Douro, e Picote, (freguesia de Picote), e Sendim (União de Freguesias de Sendim e Atenor). -----

Ainda relativamente a Picote, lembrou que, está em causa património classificado, o que significa que o Estado tem direito de preferência sobre a venda, sendo que, as rendas sejam elas quais forem, desde o IMI à derrama, devem reverter efetivamente para o nosso município. Daí advindo a necessidade de criar uma formula para que as freguesias onde se encontram implementados os centros eletroprodutores e aquelas que são banhadas pelas albufeiras usufruam também desses dividendos, mediante as condições do negócio, que ainda não se conhecem, pelo que, em sua opinião deve ser sobre as condições do negócio que se deve agora atuar, no sentido de encontrar as melhores soluções. -----

No que toca a garantir os postos de trabalho existentes neste momento nas barragens, referiu que, as notícias transmitem que esses postos de trabalho se manterão. -----

Para terminar, declarou que, da parte da Junta de Freguesia de Picote haverá disponibilidade para colaborar no que seja necessário, naquilo que o

Sessão de 20 de dezembro de 2019

município entenda, para encontrar soluções para o nosso concelho, para as freguesias abrangidas, e para a gerações vindouras. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** pediu para que fossem acrescentados à moção os pontos mencionados pelo Presidente da Junta de Freguesia de Picote. -----

O **Deputado António Carção**, apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes nesta sessão, e prosseguindo a sua intervenção disse que esta questão da venda da concessão das barragens não é surpresa para ninguém, e que é devido ao estado em que o país se encontra, com a corda ao pescoço, que surge a necessidade de vender. -----

Afirmou que, este concelho nunca foi bem tratado por parte da EDP, no que toca à questão das barragens, considerando que, não se pede muito, apenas a parte do IRC concernente às barragens implantadas neste concelho, o que nunca fizeram, porque o interior do país primeiro foi abandonado e agora está a ser espoliado. -----

Em sua opinião, existe um sentimento de revolta generalizado, lamentando que a própria EDP nos esteja a espoliar, e acredita que a EDP pouco se importa com os trabalhadores que trabalham nas nossas barragens, nem com os Mirandeses, nem com o concelho de Miranda do Douro, e nem para o Nordeste Transmontano, apenas pensam em negociar e pagar as suas dívidas. -

Declarou que, apresentando esta moção junto das entidades governamentais da tutela poderá nada ser alcançado, mas, pelo menos será demonstrada a nossa revolta. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Ifanes e Paradela**, Orlando Vaqueiro, apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes na sessão, e prosseguindo afirmou que estava plenamente de acordo com a explicação e as exigências referidas pelo Presidente da Câmara Municipal, em relação a esta negociação, e, por conseguinte, também concorda com o teor da moção apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal. ----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal, perguntou, qual será a verdadeira razão para a EDP, ou seja, o Estado, disponibilizar a terceiros estes ativos. -----

CF
A

Disse que, não estanha que a EDP enquanto estrutura produtora de energia seja vendida, por ventura, por existirem outras empresas com maior potencial, até mesmo que o próprio Estado Português, e que essas empresas poderão explorar de forma mais rentável a produção da própria energia. -----

Em seu entender, a exploração das barragens existente neste concelho, além da produção de energia têm impacto em três áreas fundamentais, designadamente, recursos humanos, turismo e impacto ambiental. -----

Manifestou a sua preocupação pelo facto de uma empresa privada comprar as barragens, ficando essa empresa sujeita às regras gerais do ordenamento jurídico português no que se refere a questões de direito fiscal, questões de economia, e questões de direito ambiental. -----

Considera que, a Câmara Municipal de Miranda do Douro e a Câmara Municipal de Mogadouro devem exigir uma regulamentação específica e pormenorizada para os acordos em causa, no que concerne aos concelhos de Miranda do Douro, e de Mogadouro. -----

Disse que, se a EDP é um organismo sob a tutela da regulamentação pública portuguesa e nunca cumpria os regulamentos, como se irá obrigar uma empresa privada, ou um consórcio estrangeiro a cumprir.

Insistiu que, devem ficar minuciosamente acauteladas todas essas questões regulamentares para não sermos espoliados por uma empresa estrangeira. -----

O Presidente da Câmara Municipal solicitou novamente o uso da palavra para dar resposta às intervenções feitas neste ponto, tendo-lhe sido concedida.

Expondo que, existe um conceito estratégico a nível nacional, sendo que nos próximos anos a questão da água será extremamente importante. -----

Referiu que, a energia elétrica produzida nas barragens vai deixar de ter interesse, ao nível da produção de energia. -----

Transmitiu que, vão ser concebidos dois projetos, por questões de estratégia, que englobam a criação de linhas de muito alta tensão a partir França para Espanha, com o intuito de ser transportada para cá energia nuclear, vinda diretamente de França, pois os franceses produzem muita dessa energia.

Sessão de 20 de dezembro de 2019

Disse que, é estratégia da EDP desistir da produção de energia hidroelétrica e vender todas as barragens hidroelétricas em Portugal, começando por vender os ativos mais valorizados, que é o caso das barragens de Picote, Miranda do Douro, e Bemposta. -----

Elucidou que, esta venda tem a ver com a prorrogação do prazo da concessão das barragens hidroelétricas, com fundos comunitários inscritos no plano nacional de barragens, integrando este pacote as últimas barragens que foram construídas, nos rios Tua e Sabor. -----

Expôs que, outro investimento que vai ser feito, no âmbito da produção de energia, é um túnel entre Marrocos e Espanha, e um parque de painéis solares em Marrocos para transporte de energia solar para a Península Ibérica.

Mediante este panorama, a EDP precisa de liquidez para investir noutros projetos, acabando por sair prejudicado o Estado Português e as autarquias locais com barragens. -----

Para terminar disse que, tem estado a desafiar o Governo para que dê resposta a uma série de questões que lhe são colocam, nomeadamente, qual o significado que tem o interior, a fronteira com Espanha, a água do Rio Douro, e as pessoas que habitam e trabalham neste território. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se mais alguém pretendia usar da palavra neste período, tendo solicitado o uso da palavra o Deputado António Carção. -----

O **Deputado António Carção** apresentou a todos os seus votos de boas festas nesta quadra festiva a aos respetivos familiares. -----

Prosseguiu saudando e louvando o Presidente da Câmara Municipal por ter mandado abrir o Centro de Interpretação, existente no edifício da antiga alfândega, dizendo que, aquele edifício esteve durante dez anos fechado e era apenas aberto um mês ou dois, durante o período de verão. O mesmo aconteceu com o comboio turístico, que passado uma série de anos parado voltou a circular pelas ruas da cidade, congratulando-o pela iniciativa. -----

Expôs que, cada vez está mais convicto de que, algumas coisas que aconteceram durante dez anos, reproduzindo as palavras do Sr. Primeiro Ministro, não passaram de uma mera narrativa. -----

G
A**Sessão de 20 de dezembro de 2019**

Fez alusão a uma questão, que já tinha apresentado numa das sessões desta Assembleia, que se prende com a retirada de amianto da cobertura da escola do 1.º ciclo de **Miranda**, lembrando que, então o Presidente da Câmara Municipal respondeu-lhe que essa competência era do Ministério da Educação. -

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal quais foram as diligências que fez desde então, junto do Ministério da Educação, para que atuasse e quais foram as respostas que obteve. -----

Afirmou que, vivemos num submundo, porque é inaceitável não ter sido dado a conhecer a lista das escolas do país, na Assembleia da República, onde ainda existe amianto. -----

Em sua opinião, teria sido de bom senso, por parte do Presidente da Câmara Municipal que, em vez de estar à espera que o Ministério da Educação fizesse obras para retirar o amianto das instalações escolares deste concelho, que tivesse mandado fazê-las ele, porque o edifício há mais de quinze anos que foi entregue ao município. -----

Congratulou reconhecidamente os “Caretos de Podence” por terem conseguido sido classificados de património cultural e imaterial da humanidade, pela UNESCO, e perguntou para quando será apresentada proposta para os Pauliteiros de Miranda, e as Festividades de Inverno. -----

Lembrou que, nos programas eleitorais apresentados nas eleições dos últimos três ou quatro mandatos, tem constado sempre essa questão dos pauliteiros, mas nada tem visto fazer para que tenham o devido reconhecimento. -----

Deixou um apelo ao Presidente da Câmara Municipal para que façam alguma coisa para promover os Pauliteiros de Miranda, em vez de constar estar apenas num programa eleitoral há já dez anos. -----

Falou a respeito da Secretaria de Estado da Coesão Territorial para o Desenvolvimento do Interior, dizendo que, é irónico terem criado essa secretaria de estado, porque em 2004, quando o Santana Lopes criou a Secretaria de Estado da Juventude, em Braga, diziam que ele era demagogo, e populista, e agora o Governo em vez de criar uma secretaria de estado criou três. -----

C
A**Sessão de 20 de dezembro de 2019**

Em relação a esta Secretaria de Estado da Coesão Territorial para o Desenvolvimento do Interior deixou duas observações, dizendo que, não precisamos de secretarias de estado para o interior, e que, precisamos de pessoas no interior e de apoios para fixar essas pessoas. -----

Referindo-se ao despacho/ordem de serviço emitido pelo Presidente da Câmara Municipal a respeito da utilização de viaturas do município pelos Vereadores do Executivo, disse que, veio fora de tempo, porque apenas, depois de passados dez anos de desempenho de funções do atual Executivo Municipal chegou a esta conclusão, dizendo que, essa devia de ter sido uma das primeiras medidas a tomar logo que tomou posse. -----

Ainda a respeito dessa questão, referiu que, tomou conhecimento de que foi comentado que terão sido os vereadores da oposição a denunciarem a utilização de viaturas indevidamente, e que por esse motivo terá sido emitido o referido despacho. A respeito desse comentário, disse que, não imaginava que os vereadores da oposição tivessem tanto poder sobre a tomada de decisões. ---

Referiu que, se tomou essa medida em relação aos vereadores permanentes concorda plenamente, porque os veículos do Estado são para utilizar exclusivamente em serviço e não para outras ocasiões. -----

No que respeita aos trabalhadores da Câmara Municipal, disse que, não deveriam ter sido privados do transporte assegurado pelos serviços da Câmara Municipal, pois além de auferirem vencimentos baixos faz-lhes diferença no respetivo orçamento mensal o que gastam em transporte, e alguns nem transporte próprio têm. -----

Considera que, o Presidente da Câmara Municipal terá tomado esta atitude advinda do mau entendimento entre ele e os Vereadores do Executivo a que preside, e que, por esse motivo foi tudo corrido a tábua rasa, salvaguardando-se com a desculpa de que os vereadores da oposição o pressionaram para faze-lo. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** solicitou o uso da palavra para esclarecer o motivo que o levou a fazer o despacho que fez relativamente à utilização de viaturas propriedade da Câmara Municipal. -----

CA

Expôs que, sarcasmos à parte, se verificou incumprimento por parte de alguns dos trabalhadores da Câmara Municipal no que respeita à utilização de viaturas e por esse motivo tomou essa decisão. -----

Relembrou que, já foi abordada numa das sessões desta Assembleia Municipal essa questão de utilização de viaturas da Câmara Municipal, e que então foi dito, que devia ser elaborado e aprovado um regulamento nesse âmbito. -----

Na altura, o Deputado António Carção, terá assumido *mea culpa*, dizendo que durante muitos anos também utilizou viaturas da Câmara Municipal enquanto desempenhou o cargo de vereador permanente. -----

O que levou a que tomasse essa decisão derivou por não ter querido aplicar um regulamento desse âmbito, tendo ocorrido diversos abusos por parte de várias pessoas no desempenho de funções na Câmara Municipal, surgindo assim a necessidade efetiva de emitir aquele despacho. -----

Transmitiu que, na sessão de fevereiro será trazido regulamento para regular a utilização de viaturas da Câmara Municipal. -----

Declarou que, não tomou essa decisão desculpando-se com quem quer que fosse, mas sim, pelo facto de ter sido detetada a utilização abusiva e indevida de viaturas, salvaguardando deste modo todos os que utilizam as viaturas em serviço, assim como, evitar o abuso da sua utilização para outros fins que não sejam em serviço. -----

No que toca à existência de amianto em edifícios públicos, nomeadamente na escola do 1.º ciclo de Sendim, expôs que, foi enviada informação respeitante a essa matéria para quem de direito a fim de providenciar no sentido de mandar remover o amianto nos edifícios públicos deste concelho. -----

Transmitiu que, na semana passada foi reprovado o projeto de lei que criava o apoio específico para a remoção de amianto em todos os edifícios públicos, o que veio complicar tudo nesse âmbito. -----

Disse que, terá que se aguardar até que ocorra efetivamente a descentralização de competências para que seja criado um pacote financeiro para obras específicas para esse efeito.

Deu conhecimento de que, se está neste momento em fase de projeto para executar a remodelação da Escola EB1, esperando que brevemente haja novidades a esse respeito. -----

Quanto ao património imaterial, informou que, em 2014 reuniram todos os municípios onde se celebram festas solsticiais a fim de elaborar uma candidatura conjunta sob a epigrafe “Festas dos Solstícios”, tendo este município subscrito e apoiado essa iniciativa, candidatura essa que seria conjunta para todos esses municípios. -----

Comunicou que, entretanto, se tem estado a trabalhar ao longo destes anos para que seja feita uma candidatura no âmbito do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial – ZASNET, AECT, para que as “Festas do Solstício de Inverno de Trás-os-Montes” obtivessem a classificação de património imaterial da humanidade. -----

Quanto à candidatura dos “Caretos de Podence”, disse que, numa primeira fase da apresentação da candidatura lhes foi chumbada, e posteriormente foi feita uma nova candidatura com o subtítulo de “Festas dos Solstícios de Trás-os-Montes”, tendo este município sido convidado a aderir, mas não aderiu. -----

Declarou que, essa candidatura veio criar um problema, visto que, a UNESCO apenas aprovará uma candidatura para as “Festas dos Solstícios” e já aprovou a candidatura dos “Caretos de Podence” porque englobou na sua epigrafe as festas dos solstícios, tendo, por esse motivo, ficado reduzidos e limitados no que toca a candidaturas ao património imaterial. -----

Explicou que, no que toca a esse tipo de candidaturas que têm sido feitas a património da humanidade, são feitas sem que tenham passado pela candidatura ao património nacional, passaram por cima do Ministério da Cultura, e candidatando-se diretamente na UNESCO. -----

Continuando, referiu que, em 2015 foi publicada legislação no âmbito deste tipo de candidatura, sendo apenas apresentada uma candidatada por ano, de cada país, à UNESCO, e antes de ir à UNESCO tem que ser aprovada a candidatura no seu país de origem e inscrita na matriz. -----

CF
K

Informou que, o que se está a fazer em relação aos Pauliteiros de Miranda é, primeiro inscrevê-los no *MatrizPCI*, e posteriormente será solicitada autorização para ser apresentada candidatura à UNESCO. -----

Referiu que, todos nos regozijamos e felicitamos o Município de Macedo de Cavaleiros pela sua candidatura, mas salvaguardando que, teria sido preferível que essa candidatura tivesse sido apresentada por todos os municípios onde se celebram as festas solsticiais e não apenas de uma aldeia do Município de Macedo de Cavaleiros. -----

Relativamente à Secretaria de Estado da Coesão Territorial para o Desenvolvimento do Interior, disse que concordava com a opinião do Deputado António Carção, informando que, tinha reunido com o Ministro das Infraestruturas, e o que a Sr.^a Secretária de Estado apresentou foi uma proposta de Bragança e não uma proposta do território e nem sequer encetou conversações connosco. -----

Manifestou que, a pretensão do Município de Miranda do Douro, caso a Secretaria de Estado das Infraestruturas venha a falar connosco, é a conclusão do IC5, questão que não foi mencionada na reunião que teve lugar em Bragança à que compareceu o Ministro das Infraestruturas. -----

Declarou que, falará sobre a nossa região no âmbito da CIM-TTM, e que o Ministro das Infraestruturas terá ficado admirado com as propostas apresentadas, dizendo que devia ter sido dado nota sobre o IC5 e não aconteceu. -----

Declarou que, pretende apenas que se concretize o que está escrito no relatório de coesão territorial aquando da Presidência do Eng.^o João Cravinho na Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Vereador Ilídio Rodrigues para se pronunciar relativamente ao despacho emitido pelo Presidente da Câmara Municipal a respeito da utilização de viaturas propriedade do Município por parte dos políticos e trabalhadores no desempenho de funções. -----

O **Vereador Ilídio Rodrigues** cumprimentou todos os que se encontravam na sessão, apresentando os seus votos de boas festas. -----

Deu continuidade à sua intervenção referindo que, o citado despacho cria injustiça para com os trabalhadores da Câmara Municipal, que perderam direitos já adquiridos. -----

No que toca aos Vereadores da Câmara Municipal, disse que estes estão permanentemente em serviço, e não têm horário de trabalho, pois, sempre que são chamados onde quer que seja, por quem quer que seja, apresentam-se sempre em representação do Município. -----

Considera que, o despacho apresentado pelo Presidente da Câmara não é aceitável, na medida em que, cada vez que seja solicitada a sua presença por uma qualquer entidade, em representação do município, que não vai estar a levar e a trazer a viatura vezes sem conta. -----

Declarou que, estará sempre presente quando lhe seja solicitado em representação do município na qualidade de Vereador da Câmara Municipal, independentemente de ser dentro ou fora do horário de serviço considerado normal. -----

Referiu que, além disso, lhe foram subdelegadas competências pelo Presidente da Câmara Municipal que lhe são próprias. -----

Disse que, não aceita aquele tipo de despacho e aquando da apresentação do regulamento terá o direito de dizer de forma livre e democrática o que pensa a respeito do assunto. -----

Para terminar, disse que, não aceita que alguém que exerceu as funções de vereador permanente durante largos anos, e que utilizou, da mesma forma, viatura municipal, venha apontar o que quer que seja porque não tem a legitimidade ética, nem política, para fazê-lo. -----

Declarou que se reserva o direito de defesa pessoal, que já expos a situação por escrito aguardando uma resposta ao que expos, para que se verifique o cabal cumprimento da legalidade. -----

Em relação aos trabalhadores, disse que, são pessoas se encontram integradas na Divisão de Obras Municipais, sendo que, o transporte dos trabalhadores é um dos serviços que foi criado há mais de quarenta anos e outro quando o Eng.º Manuel Rodrigo foi Presidente na Câmara Municipal. -----

Sessão de 20 de dezembro de 2019

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Vereadora Anabela Torrão para se manifestar a respeito da questão do referido despacho.

A **Vereadora Anabela Torrão** apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes, apresentado os seus votos de boas festas a todos e às respetivas famílias. -----

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que, tendo em conta o que o Deputado António Carção disse a respeito do despacho emitido pelo Presidente da Câmara Municipal, em relação à utilização de viaturas do município, referiu que o Deputado António Carção, enquanto vereador permanente, sempre utilizou viatura do município. -----

Declarou que, nunca abusou no que toca à utilizava de viatura da Câmara Municipal, que utilizou diariamente e ao fim de semana quando havia convites para comparecer a eventos no âmbito das funções que desempenha e nunca para uso pessoal. -----

Referiu que, a partir do momento em que teve conhecimento do despacho emitido pelo Presidente da Câmara Municipal, e atendendo a determinadas situações, optou por utilizar a sua própria viatura.

Considera que, não era necessário ter feito aquele despacho, no âmbito do desempenho das funções dos vereadores permanentes. -----

O **Deputado António Carção** solicitou novamente o uso da palavra, tendo-lhe sido dada. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal disse, em relação ao regulamento de utilização de viaturas do município que, era inoportuno trazer agora o regulamento para aprovação, porque deveria ter sido apresentado antes de ter feito o despacho e depois é que fazia o despacho, porque só passados dez anos e alguns meses de mandato é que tomou esta decisão. -----

No que se refere aos “Caretos de Podence”, disse que, não tem conhecimento do que se passou, mas que, o Presidente da Câmara pintou um cenário que deixa transparecer que os outros é que são os maus, no entanto, esses vão furando o sistema e vão-se safando, enquanto que os outros se vão tramando. -----

Referiu que, o subtítulo apresentado na candidatura apresentada para os “Caretos de Podence”, nada tem a ver com as festas dos solstícios, e que, em sua opinião, ainda poderá ser apresentada candidatura sob essa epígrafe. -----

Em relação à Secretaria de Estado das Infraestruturas disse que, ficou com alguma mágoa a respeito do que ouviu, porque as primeiras palavras que a Secretária de Estado deu à comunicação social foram no sentido de que quer estar com as pessoas e ouvir as pessoas. -----

Em relação à intervenção do Vereador Ilídio Rodrigues disse que, nunca negou que durante oito anos em que exerceu o cargo de vereador a tempo inteiro utilizou o carro da Câmara Municipal em trabalho oficial, não em coisa própria. -----

Disse que, no anterior mandato deste executivo acontecia o cúmulo, nomeadamente, vereadores que tinham carro distribuído e metiam quilómetros, e tudo foi calado. -----

Referiu que, tudo isto está escrito em atas e foi falado nesta Assembleia, e nada aconteceu. -----

Expôs que, tinha assistido a factos, tais como, familiares diretos e indiretos de vereadores a serem transportados em automóveis do município. ---

O **Presidente da Assembleia Municipal** depois de concluídas as intervenções, pôs à votação a aprovação da moção por ele apresentada, tendo sido aprovada, por unanimidade, com a introdução do texto sugerido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Picote. -----

Mais foi deliberado, dar conhecimento do teor da presente moção a todos os organismos governamentais e outras instituições, que de alguma forma estão relacionados com esta questão. -----

3. Aprovação das atas das sessões realizadas a 27 de setembro de 2019. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Presidente da União de Juntas de Freguesia de Ifanes e Paradela. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Ifanes e Paradela**, Orlando Vaqueiro disse que, antes de entrar no computo das atas pretendia apenas

Sessão de 20 de dezembro de 2019

dizer que, quanto à utilização de viaturas do município não há leis que regulem a sua utilização, não há regulamentos, não há nenhum diploma legal que o faça, apenas a consciência de quem utiliza as viaturas é que poderá fazer delas um bom uso. -----

Afirmou que, enquanto não houver consciência de uma boa utilização dos bens do Estado não há regulamento, nem lei que leve isto a bom porto. -----

Quanto à ata, disse que, concorda com o seu conteúdo. -----

Foi colocada a votação a ata da sessão realizada no dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezanove, tendo sido aprovada, por unanimidade, dos membros presentes na referida sessão, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** dando prosseguimento aos trabalhos passou ao ponto seguinte. -----

4. Apreciação do Regulamento Interno e Plano de Atividades da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, prosseguiu com os trabalhos. -----

Foi dado conhecimento do teor dos documentos supramencionados. -----

5. Apreciação e aprovação do Mapa de Pessoal; das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2020. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar a respeito deste assunto. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** fez uma exposição genérica a respeito dos documentos em análise e aprovação, dizendo que, o ano 2020 vai ser um ano de grandes alterações, portanto, os valores que constam no orçamento apresentado podem estar sujeitos a modificações ao longo do ano.

Referiu que, no primeiro semestre do ano de 2020, devido ao conceito de descentralização, para as juntas de freguesia, e já reuniu com cada uma das juntas de freguesia, serão negociados os pacotes que serão atribuídos a cada uma das juntas de freguesia tendo a conta a descentralização. -----

Expôs que, no que toca às juntas de freguesia vão ser incluídos dois pacotes, a transferência efetiva intrínseca à respetiva legislação, e uma compensação financeira para ativos que estão instalados em cada uma das freguesias, dizendo que, se pretende que sejam as juntas de freguesia a gerir com condições e financiamento específico. -----

Transmitiu que, terá que ser encontrado um bolo financeiro neste âmbito da descentralização, e como esse bolo ainda não está fechado, no que respeita a valores e participações financeiras específicas para determinados fins, tais como, obras e caminhos rurais, antes de fazer uma revisão orçamental para esse efeito, terá que reunir de novo com as juntas de freguesia porque os valores que constam no orçamento são apenas valores teóricos. -----

Referiu que, o primeiro bolo tem a ver com a descentralização, o segundo com obras financiadas por fundos comunitários que estão em andamento, havendo um terceiro conjunto de investimentos, tendo a intenção de fazer um empréstimo de cerca de dois milhões de euros, para projetos que estão a ser elaborados, investimentos para cumprir esses projetos em 2020. -----

Mencionou que, há um conjunto de investimentos que têm estado, há diversos anos, inscritos em outros orçamentos, e estão a tentar encontrar soluções de financiamento para concretizar alguns desses projetos. -----

Para finalizar, apelou ao apoio dos membros da Assembleia Municipal para aprovar este orçamento, repetindo que, os valores que aparecem neste orçamento são meramente indicadores das intenções de concretização da execução dos projetos que constam no orçamento para o ano 2020. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu as inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado António Carção. -----

O **Deputado António Carção** tomou a palavra dizendo que, estes documentos em nada refletem o Partido Socialista e muito menos o que o atual Executivo tem no seu programa eleitoral. -----

Referiu que, o valor do orçamento é de dezassete milhões, duzentos e quarenta e três mil, oitocentos e noventa e dois euros, e da análise feita ao documento constatou que 61% do capital são para despesas correntes, e 39%

para despesas de capital, sendo cerca de onze milhões destinados às despesas correntes e pouco mais de cinco milhões para despesas de capital. -----

Disse que, esta é a imagem que o Executivo quer fazer passar para o ano 2020, muita festa, que são as despesas correntes e as despesas de capital, para investimento, ficando apenas com um valor residual de cinco milhões e pouco, dizendo que, em vez de apostar no bem-estar duradouro apostam no bem-estar momentâneo. -----

Falando em obras emblemáticas, nomeadamente o matadouro, acredita que agora vá em frente, dizendo que estas obras são paliativas, pela morosidade com que se vão fazendo.

Referiu que, é apresentado um valor de cem mil euros definidos, e um milhão de euros indefinidos, e que gostaria de saber a que se destinam. -----

Perguntou se o matadouro vai ser municipal ou intermunicipal. -----

Considera que, o ponto mais importante de toda as grandes opções do plano e orçamento são as transferências para as Juntas de Freguesia. -----

Falou a respeito das três zonas industriais, dizendo que, lhe consta que já foi adjudicado o projeto para a zona industrial de Duas Igrejas, referindo que, gostaria de saber algo mais a esse respeito das outras duas zonas industriais. -----

Terminadas as intervenções, foi posto a votação o assunto supra indicado, tendo sido aprovados por maioria, o Mapa de Pessoal; a os documentos das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2020, com o voto contra do Deputado António Carção. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** dando continuidade os trabalhos, passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

6. Proposta para assunção de compromissos plurianuais – Orçamento para o ano 2020: Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal; Delegação de competências no Presidente da Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais até ao montante de € 99.759,58 por ano económico. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, e não se tendo inscrito nenhum dos

CF

Sessão de 20 de dezembro de 2019

membros presentes, colocou a votação este assunto, tendo sido aprovado, por unanimidade, a proposta para assunção de compromissos plurianuais - orçamento para o ano 2020: autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, bem como, a delegação de competências no Presidente da Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais até ao montante de € 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros, e cinquenta e oito cêntimos) por ano económico. -----

7. Eleição de um representante das Juntas de Freguesia, de entre os Presidentes de Junta de Freguesia, no Concelho Cinegético. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar a respeito deste assunto. -----

O **Presidente da Câmara Municipal**, fez uso da palavra para informar a respeito deste assunto, expondo que, foram feitas algumas incursões para encontrar um plano específico para a caça no nosso concelho. -----

A esse respeito disse que, a caça teve uma grande importância neste concelho e que se deve discutir o que se pretende para a caça e pesca o concelho de Miranda do Douro para os próximos anos. -----

Referiu que, o Conselho Cinegético é uma entidade reguladora da caça e pesca, havendo necessidade de apresentação de proposta efetiva por parte do Conselho Cinegético para seja cabimentada no orçamento do município. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, prosseguiu para a eleição de um representante de entre os Presidentes de Junta de Freguesia, tendo sido apresentados como candidatos, para integrar o Conselho Cinegético, o Presidente de Junta de Freguesia de Palaçoulo, Manuel Gonçalves, e o Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, Abílio Barril. -----

Da contagem de votos, surge vencedor o Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, Abílio Barril, com catorze votos a favor, dois votos em branco, e oito votos obtidos pelo candidato Manuel Gonçalves. -----

C
A

8. Minuta de protocolo de colaboração e apoio financeiro entre o Município de Miranda do Douro e a Junta de Freguesia - União de Freguesias de Ifanes e Paradela. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: Orlando Vaqueiro, Camilo das Neves Raposo, José Francisco Gonçalves Ribeiro, e António Carção. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Ifanes e Paradela**, Orlando Vaqueiro, agradeceu à Câmara Municipal na pessoa do seu Presidente, o esforço e a compreensão que tiveram para com o problema que surgiu. -----

Relembrou que, a aldeia de Ifanes foi ao longo dos anos mais que autossuficiente no que respeita ao fornecimento de água.

Referiu que, existem naquela localidade quatro bebedouros, quatro tanques, três lavadouros públicos, todos fornecidos pelas suas nascentes. -----

Transmitiu que, a água ficou contaminada com arsénio e a Câmara Municipal impelida a ter em atenção a questão da saúde da população foi obrigada a fazer uma reposição de água através da captação de água para consumo humano, e obviamente, os bebedouros e os lavadouros ficaram sem água. -----

Transmitiu que, os habitantes de Ifanes se queixaram desta situação, ele recorreu à Câmara Municipal, tendo-se esta disponibilizado a ajudar a resolver esta situação. -----

Informou que a Câmara pagou o levantamento topográfico, apresentou-o a um empreiteiro, tendo o empreiteiro apresentado um orçamento, e entendeu que a melhor maneira de iniciar a obra seria entregando-a à junta de freguesia, como dono da obra que é, e a Câmara Municipal comparticipará o projeto que está orçado no montante de setenta e cinco mil euros. -----

Assim sendo, neste momento comparticipará com vinte cinco mil euros e mais tarde poderá comparticipar de outra forma. -----

Acrescentou que, sempre foi a Câmara Municipal quem geriu a água da aldeia de Ifanes. -----

C
A

Sessão de 20 de dezembro de 2019

Terminou desejando a todos um Santo Natal e um ano 2020 preenchido com tudo de bom, a nível pessoal, profissional e em especial da saúde. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas**, Camilo Raposo, referiu que, há já um ano que está para ser feito um protocolo a celebrar entre a junta de freguesia de Malhadas e o Município e ainda não foi celebrado. -----

Ficou surpreendido ao verificar que não constava na ordem de trabalhos desta sessão, dizendo que, ficou ainda mais surpreendido que tivesse sido introduzido este protocolo. -----

Declarou que, nada tem contra este protocolo, apenas gostaria que o protocolo de que lhe falou ao Presidente da Câmara Municipal para Malhadas também seja celebrado, no sentido de arranjar a casa do pároco da sua freguesia. -----

Apelou ao Presidente da Câmara Municipal para que o protocolo seja celebrado brevemente, até porque, a junta de freguesia de Malhadas já tem a verba inscrita no seu orçamento para esse efeito, há dois anos. -----

Ressalvou, que constatou a existência de duas verbas inscritas no orçamento municipal, esperando que se destinem à execução do Posto Zootécnico, e ao Centro de Formação congratulando, pelo facto, o Presidente da Câmara Municipal. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Constantim e Cicouro**, José Ribeiro, perguntou ao Executivo Municipal, se solicitasse a celebração de um protocolo para a sua Junta de Freguesia se seria apoiado. -----

O **Deputado António Carção**, disse que, desde que seja para o bem das freguesias que estará sempre a favor da celebração de protocolos. -----

Considera que, esta questão dos protocolos não está bem explicada e que lhe parece não ser transparente, pois, deveria ser estipulado um montante destinado a todas e cada uma das juntas de freguesias, até a um determinado montante, e mediante esse montante cada uma das freguesias pudesse executar um projeto para a sua freguesia à medida de cada uma delas. -----

Sugeriu ao Presidente da Assembleia Municipal que junto do Chefe de Divisão Administrativa e Financeira pudesse ser solicitada cópia dos protocolos que foram financiados a todas as juntas de freguesia no ano 2019. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para responder às questões colocadas. -----

Recordou ao Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas que a casa do pároco já foi objeto de protocolo, tendo referido que na sua intervenção sobre o conceito de descentralização, serão celebrados um conjunto de protocolos, havendo a intenção de criar um pacote para celebrar esses protocolos com as juntas de freguesia. -----

Afirmou que, reunirá novamente com os Presidentes de Junta de Freguesia, individualmente, para tratar dessas questões que se prendem com a descentralização e os pacotes financeiros para obras específicas. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas**, Camilo Raposo, solicitou novamente o uso da palavra tendo-lhe sido dada. -----

Disse ao Presidente da Câmara Municipal que não aceita que lhe diga que já foi celebrado outro protocolo para realizar as obras na casa do pároco, porque o atual Executivo da Junta de Freguesia de Malhadas não se pode responsabilizar por uma má gestão do passado, acrescentando que naquela obra não foi investido um único cêntimo. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, solicitará através dos Serviços Jurídicos da Câmara Municipal esclarecimento à Junta de Freguesia de Malhadas a respeito da utilização da verba concedida para a recuperação da casa do pároco daquela freguesia. E se a verba não foi utilizada para a recuperação daquele edifício pretende saber o que foi feito do valor atribuído em protocolo. -----

Findas as intervenções, procedeu à votação da minuta do protocolo supramencionado, tendo o referido sido aprovado por unanimidade. -----

9. Apreciação da informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara. -

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu as inscrições para intervir neste ponto, não se tendo verificando nenhuma inscrição. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para apresentar, em nome da Câmara Municipal e em nome pessoal votos de Boas festas e um bom ano 2020 para todos os que se encontravam presentes na sessão,

G
A**Sessão de 20 de dezembro de 2019**

agradecendo a colaboração de todos, pois é assim que este concelho se torna mais rico, com o trabalho de todos. -----

Antes de terminar disse que, todas as freguesias do concelho de Miranda do Douro associadas à cidade devem participar num conjunto de atividades que serão levadas a cabo no nosso concelho, atividades sociais, culturais, recreativas, de maneira a estarmos mais próximos, nesta quadra festiva. -----

Expôs que, o ano 2020 vai ser muito trabalhoso, requerendo de todos um trabalho adicional, relativamente ao concelho de Miranda do Douro, ao interior e também ao país. -----

Anunciou que, as preocupações prendem-se no âmbito da descentralização, sendo importante compreender o conceito de descentralização e as implicações que esse processo vai ter para o futuro do Concelho de Miranda do Douro. -----

Referiu que, janeiro de 2021 vai determinar a descentralização de competências, o que significa que quer queiramos, quer não queiramos, a descentralização passa a ser efetiva, havendo necessidade de rever a forma como gastamos dinheiro, havendo necessidade de haver uma redistribuição de dinheiro, e de recursos. -----

Mencionou que, houve a tentação por parte dos autarcas de atrasar a aceitação das competências no âmbito da descentralização e também da regionalização, tendo sido dito no congresso realizado pela A.N.M.P. – Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Vila Real, que não houvesse um conceito de descentralização, mas sim uma discussão ao nível da regionalização. -----

Transmitiu que, ninguém está contra a descentralização, todos compreendem que as juntas de freguesia devem ser financeiramente autónomas, para fazer as opções que pretendam fazer, mas a questão que se coloca é se as juntas de freguesia e as câmaras municipais estão ou não preparadas para fazê-lo, e se os recursos existentes são suficientes ou não para cumprir esse conceito da descentralização. -----

Apelou a todos os autarcas presentes para que se unam esforços no sentido de que o ano 2020 seja de progressão e não de regressam. -----

Terminada a intervenção do Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia Municipal declarou que, foi dado conhecimento a todos os membros desta Assembleia Municipal do teor da informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal. -----

O **Deputado Antero Besteiro** solicitou o uso da palavra tendo-lhe sido concedida. -----

Cumprimentou o Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, pela sua eleição como representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia deste concelho no Conselho Cinegético Municipal, referindo que, terá pela frente muito trabalho. -----

Observou que, no que se refere à caça não há caça no nosso concelho, o mesmo acontecendo no que respeita à pesca. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo perguntou porque motivo se procedeu ao abate de árvores no Parque do rio Fresno, nomeadamente, seis choupos. Assim como, o abate de uma árvore enorme que se encontrava junto à estrada indo para a fronteira com Espanha. --

Lembrou que, já diversas vezes pediu encarecidamente ao Presidente da Câmara Municipal que mandasse limpar os detritos que se encontram nas sarjetas do Parque do rio Fresno, assim como, as valetas que estão conspurcadas de areia, mato e entulho, dificultando o escoamento de águas.

Informou que, no referido parque está um morro em perigo de ruir, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que providencie no sentido de evitar que isso aconteça. -----

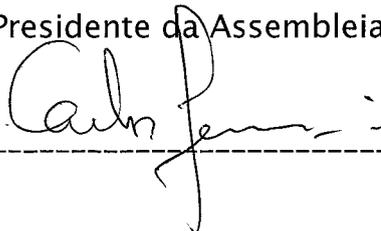
A todos os que se encontravam presentes, apresentou votos de boas festas, bem como, às suas famílias, e um novo ano repleto de saúde. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** proferiu algumas palavras de balanço de final de ano, apresentando os seus votos de boas festas a todos os que se encontravam nesta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a sessão eram 12 horas 30 minutos. -----

Sessão de 20 de dezembro de 2019

O Presidente da Assembleia Municipal



Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão

